Dívida pública vai a Cr$ 2,4 trilhões com aumento de 191%

JORNAL DO BRASIL
11 NOV 1981

O Banco Central colocou no sistema financeiro, até o final de outubro, um total de Cr$ 478 bilhões 608 milhões em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, informou ontem o diretor do BC, Cláudio Haddad. Em 10 meses, a dívida pública federal teve um crescimento de 191%, passando de Cr$ 848 bilhões em dezembro de 80 para Cr$ 2 trilhões 469 bilhões no mês passado, dos quais 57,8% foram absorvidos pelo setor privado.

O diretor do BC disse que tal desempenho não poderá ser repetido no ano que vem, para quando estimou uma colocação líquida de títulos públicos de apenas Cr$ 100 bilhões. Para financiar os gastos do Governo e evitar uma grande emissão de papel-moeda, admitiu que a Caixa Econômica Federal, o BNH e o Banco do Brasil deverão contribuir com o Orçamento Monetário, aplicando em títulos federais

PRESSÃO SOBRE A "BASE"

Cláudio Haddad afirmou que neste mês a colocação líquida de títulos públicos no sistema financeiro deverá atingir os Cr$ 500 bilhões, mas poderá retornar ao nível atual no mês de dezembro, "quando é muito difícil enxugar recursos da economia". Segundo ele, apesar do desempenho da dívida pública neste ano, ainda há forte pressão de expansão sobre a base monetária (diferença entre os gastos e a arrecadação de recursos do Banco Central e Banco do Brasil)

Continuam pressionando os gastos do Governo os subsídios para a exportação, crédito rural, Proálcool e café. A taxa média de inflação durante este ano ficou acima da atingida em 80, e praticamente, anulou a redução dos subsídios ao crédito, com a alta determinada para as taxas do crédito rural.

No próximo ano, o diretor do BC acha que a dívida pública não poderá ter o crescimento registrado este ano, quando o volume de títulos públicos emitidos aumentou em quase 50% a sua relação com o PIB (Produto Interno Bruto). Em dezembro de 80, a dívida representava 6,5% do PIB e até dezembro, poderá atingir 9,5%. O limite considerado razoável pelo diretor do BC é de cerca de 11%.

Ele estimou em apenas Cr$ 100 bilhões a colocação líquida de títulos em 82 e admitiu que isso não será suficiente para cobrir os gastos do Governo, sem elevar a emissão de papel moeda. A cobertura poderá ser feita com a contribuição dos recursos orçamentários da Caixa Econômica, BNH e Banco do Brasil e até com um novo aumento das taxas de juros do crédito rural, que poderão atingir 60% ao ano. Estas opções estão sendo analisadas pelo Governo na elaboração do Orçamento Monetário para 82.

Neste ano estavam previstas contribuições de Cr$ 80 bilhões pelo Banco do Brasil e de Cr$ 100 bilhões pela CEF. O BB vem mantendo uma média de Cr$ 10 bilhões por mês, com a captação de recursos através dos recibos de depósito bancário, mas a CEF aplicou apenas Cr$ 55 bilhões até outubro, depois da retirada de Cr$ 5 bilhões em decorrência dos saques na caderneta de poupança.

Em outubro, o BC injetou no sistema financeiro um total de Cr$ 53 bilhões 928 milhões em papéis, com uma colocação de Cr$ 88,9 bilhões no setor privado e um resgate de títulos de Cr$ 35 bilhões junto ao Governo. Nos 10 meses, a colocação líquida somou Cr$ 478 bilhões 608 milhões, sendo absorvidos Cr$ 400 bilhões 754 milhões pelo setor privado e Cr$ 77 bilhões 854 milhões pelo Governo.